DDD - Direito à Cidade, Dados e Democracia

Coordenadores:

Álvaro Campos Ferreira

Professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Doutor em Ciências Mecânicas (2020), mestre e engenheiro mecânico pela Universidade de Brasília (2014/2012). Participou do programa de intercâmbio BRAFITEC em Mécanique et Enérgetique - ENSIAME (2011) e recentemente realizou seu estudo de doutorado no grupo de Dinâmica de Sistemas da Universidade de Brasília

Maíra de Deus Brito

Professora do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. É mestra e doutoranda em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH/CEAM/UnB, 2017). Possui especialização em Gestão de Políticas Públicas para Gênero e Raça pela mesma instituição. Possui graduação em Comunicação Social – Jornalismo pelo Centro Universitário de Brasília (2009).

Marcos Queiroz

Professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Doutor em Direito pela Universidade de Brasília, com sanduíche na Facultad de Ciencias Humanas da Universidad Nacional de Colombia (Programa Abdias Nascimento). Foi pesquisador visitante Fulbright na Duke University

I. Tema

Desde a idealização de Brasília, a mobilidade urbana da capital foi foco para se pensar a construção das desigualdades sociais no país (Guia, 2006; Oliveira, 2021). Erguida nas costas de trabalhadores negros e pobres imigrados de diversas partes de país, o caráter modernista do seu tracejado urbano não impediu, pelo contrário, acentuou a força colonial por trás da sociedade brasileira (Lemos, 2017; Nascimento, 2021; Santini, Santarém e Albergaria, 2021).



Expressa na divisão Plano Piloto-cidades satélites, essa segregação espacial, atravessada por raça e classe, já foi alvo, por exemplo, de demandas políticas — como as articuladas pelo Movimento Passe Livre —; de representação visual — nos emblemáticos *A Cidade é uma Só?* e *Branco Sai, Preto Fica*, de Adirley Queirós —; e de exposições — tal qual a histórico-fotográfica de nome *Reintegração de Posse*, organizada pela professora Ana Flávia Magalhães Pinto, no Museu Nacional da República.

Diante desse cenário, a questão do direito à cidade em Brasília emerge como um tema central para pensar a democracia não só na cidade, mas no Brasil como um todo, especialmente à luz dos estudos sobre raça e relações raciais, que vem ganhando robusto corpo nas últimas décadas. Por outro lado, carece uma produção de dados mais profunda a respeito de como os padrões de segregação urbana são criados, reproduzidos e aperfeiçoados na capital. Particularmente no que se refere à mobilidade, de como os serviços de transporte são implementados na construção de um modelo de cidade excludente, que não só impede a vivência democrática do espaço e a construção de sociabilidades outras (Santarém, 2022), mas também geram a acumulação concentrada de riquezas por meio da apropriação do Estado por interesses privados.

Com a crescente de estudos sobre raça, dados e tecnologias (Faustino e Lippold, 2022; Silva, 2019 e 2022; Browne, 2015), nota-se a possível contribuição dessas pesquisas para a compreensão das experiências de exclusão em Brasília. Racismo algorítmico, colonialismo digital e a simples produção de dados sobre raça e classe são extremamente potentes para pensar e repensar o uso do espaço urbano, a exemplo da implementação do reconhecimento fácil em locais públicos ou da percepção de como os horários do transporte público constroem invisíveis muros de segregação.

Neste sentido, o DDD – Direito à Cidade, Dados e Democracia busca conjugar os campos de estudos em relações raciais, geografia urbana e tecnologia na produção de pesquisas-ação sobre a cidade de Brasília.

II. Abordagem e objetivos

a. Estudo das relações entre segregação espacial, mobilidade urbana e racismo à luz do processo de formação da sociedade brasileira, com ênfase na história de Brasília.



- b. Paralelamente, objetiva-se a produção de dados a respeito do transporte público e do direito à cidade na capital.
- c. Por fim, com base nos achados de pesquisa do grupo, busca-se mobilizar movimentos e atores políticos distritais e federais na construção de políticas públicas que ajudem a efetivar o direito à cidade.

III. Metodologia

- a. Encontros quinzenais, às quintas-feiras, na parte da tarde, com discussão de textos previamente selecionados.
- b. Montagem de grupo de pesquisa, coordenado pelos professores e professora e com a participação de graduandos dos cursos de Direito e Comunicação Social do IDP.
- c. Pretende-se, também, a publicação periódica de artigos baseados nas investigações do grupo.
- d. Por fim, na forma de extensão, busca-se a mobilização de uma rede de atores sociais e políticos em torno do direito à cidade, objetivando a discussão e construção de políticas públicas.

IV. Cronograma de reuniões (01/2023)

Propomos encontros quinzenais das 12h às 13h nos seguintes dias:

- 14/03 Reunião de Abertura
- 28/03 Reunião de textos
- 11/04 Encontro com Marquinhos
- 25/04 Reunião de textos
- 09/05 Encontro com Paíque
- 23/05 Reunião de Textos
- 06/06 Reunião com Diego Mendonça/Guilherme Lemos/Liz Salomão
- 20/06 Reunião de Encerramento

Os encontros serão realizados em sala de aula e os recursos comuns dessas salas serão utilizados, como projetor, computador e quadro branco.



INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA

V. Referências

Browne, Simone. Dark Matters: On The Surveillance of Blackness. Durham: Duke University

Press, 2015.

Guia, George Alex da. Políticas territoriais, segregação e reprodução das desigualdades

sócio-espaciais no aglomerado urbano de Brasília. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e

Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

Faustino, Deivison e Lippold, Walter. Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana.

São Paulo: Editora Ciências Revolucionárias, 2022.

Lemos, Guilherme Oliveira. De Soweto à Ceilândia: siglas da segregação racial. Paranoá

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, n. 18, 2017.

Nascimento, Elizandra Salomão. Direito à (Priva)Cidade: design discriminatório, racismo

algorítmico e vigilância criminal no Distrito Federal. Trabalho de Conclusão de Curso em

Direito. Universidade de Brasília, 2021.

Oliveira, Diego Martins dos Santos. Brasilia entre traços, regimes e o concreto: A segregação

socioespacial como projeto de Capital (1958-2010). Dissertação (Mestrado em História).

Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

Santarém, Paíque Duques. Afrofuturismo na Tarifa Zero. Revista Rosa, 2022. Disponível em:

https://revistarosa.com/5/afrofuturismo-na-tarifa-zero (acesso: 03/08/2022)

Santini, Daniel, Albergaria, Rafaela e Santarém, Paíque Duques. Mobilidade Antirracista. São

Paulo: Autonomia Literária, 2022.



Silva, Tarcízio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. VI Simpósio Internacional - Lavits, 2019. Disponível em: https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Silva-2019-LAVITSS.pdf (acesso: 03/08/2022)

SILVA, T. Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc SP, 2022.

